

Educação, prioridade absoluta

*Qui habet commoda
ferre debet opera
(Ulpiano)*

PAULO SAAB

Na antiga Roma já se dizia que "quem tem a vantagem da coisa deve suportar-lhe o ônus". A lição não foi ainda aprendida, tantos séculos depois, pela elite dirigente brasileira, que tem a vantagem da "coisa", o controle sobre a sociedade, de forma genérica, e a (muito) melhor qualidade de vida, no sentido particular. O fenômeno de o dirigente público se sentir alcançado apenas pelas vantagens do cargo ou função, e jamais pelos ônus deles decorrentes, parece ser universal, inerente ao homem, ganhando conotações superlativas nas sociedades onde o subdesenvolvimento cultural é fator de igual condição econômica.

Há uma legião de representantes populares, executivos do patrimônio público e magistrados que têm por obrigação se dedicar à finalidade de sua existência — fazer do Estado algo operante a favor da sociedade da qual tira seu próprio sustento — e que se acomodou simplesmente nas vantagens, deixando o ônus, a obrigação de produzir resultados, de lado.

A sociedade, por sua vez, como fruto de sua tradição cultural e ausência de um senso de cidadania mais arraigado, decorrente da ausência de educação mínima para a massa, não consegue acompanhar as andanças de sua elite e a sustenta sem cobrança.

Isso nos leva à situação atual de sentimento de impotência do cidadão perante o Estado e levanta a velha questão da corrida atrás do rabo ou de quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha. Para termos uma elite responsável é preciso investir na educação. A educação torna a população consciente de seus direitos, o que a faz mais exigente. Quem exige cobra, mede, avalia, julga e repele. A que dirigente público, de qualquer nível de poder, interessa esse grau de consciência?



Ao comportamento da elite soma-se a origem cultural. Atribuir pura e simplesmente à nossa origem e colonização os problemas de identidade é incorrer em premissa pouco consistente. Se é verdade que os quatro primeiros habitantes "brancos" do Brasil foram dois degredados e dois desertores, e fomos colônia de extração, de concessão cartorial, também é verdade que, em momento algum, desde o início do processo de criação de uma mentalidade nacional "brasileira", houve desejo de formá-la visando à constituição de uma nação. Necessidades pessoais e privilégios ocuparam sempre o primeiro plano das preocupações.

Em sua obra **Bandeirantes e Pioneiros**, Vianna Moog discorre profundamente sobre a colonização brasileira, cotejando-a com a americana em todos os aspectos humanísticos, geográficos, climáticos e técnicos. Mas não fala, como Frei Vicente do Salvador, em 1627, de como a elite da época no Brasil era egoísta e abastada, ao mesmo em tempo que faltavam alimentos e sentido de coletivo para todos.

Dar consciência política através da educação, enquanto formação cultural e educacional propriamente dita — o que implica condições de vida saudáveis a partir do nascimento de qualquer criança, com nutrição e saúde física e mental —, deve ser a prioridade absoluta de qualquer dirigente público que tenha visão de estadista, material raro no País. Aqui, normalmente a visão se estende até o limite do espelho mais próximo, tão grande é a vaidade da espécie citada. E à iniciativa privada cabe papel fundamental, que vem sendo relegado. Investir e preparar lideranças com formação apropriada para uma economia de mercado em que o pressuposto da competição seja a igualdade de oportunidades é imperioso. Também aqui não vale somente ter a vantagem da coisa, enquanto o ônus, a ebulição social, fica apenas atribuído às autoridades públicas, que deveriam ser as ditas responsáveis, mas quase nunca o são.

□ Paulo Saab, jornalista, é professor de Ciência Política na Faculdade de Economia da Faap